

Departamento de Política Científica e Tecnológica
Instituto de Geociências - UNICAMP

Por que agricultura na cidade? A importância da Agricultura Urbana em contexto de emergência climática e sanitária

Fonte: <https://pixabay.com/>

Boletim Covid-19 - DPCT/IG n.º20 – 22/08/2020

O presente boletim compõe uma série de reflexões no contexto da crise do novo Coronavírus a partir de temáticas que fazem parte das linhas de pesquisa do DPCT/IG/Unicamp.

Bem-vindo e boa leitura!

Autora

Márcia Tait Lima - Pós-doutoranda PNPd/Capes. E-mail: marcia.tait@gmail.com

Agricultura Urbana: contexto e definições à luz da crise atual

Vivemos em um contexto no qual é cada vez mais urgente identificar formas mais eficientes de abordar os problemas socioeconômicos que envolvem eficiência energética, manutenção ou recuperação da qualidade ambiental, segurança alimentar; e que estas propostas de soluções articulem o desenvolvimento rural e urbano. A política internacional e as agendas científicas têm apontado a segurança alimentar nas áreas metropolitanas como questão estratégica, principalmente como forma de repensar e redefinir as dinâmicas de produção e consumo, buscando sistemas curtos e biodiversos, que contribuam para a resiliência dos sistemas agroalimentares e segurança e soberania alimentar (FAO, 2000 e 2014; Zaar, 2011; Oliveira e Morgado, 2016; Oliveira, 2017). Um dos impactos negativos esperados das mudanças climáticas é a diminuição da produção e estoques de alimento e acesso à água. O aumento da temperatura média global poderá elevar a ocorrência de estresses térmicos e hídrico e, como consequência, diminuir a produtividade. Estima-se que as mudanças climáticas já estejam reduzindo a produção agrícola global de 1% a 5% por década nos últimos 30 anos, e continuarão a representar desafios para a agricultura nas próximas décadas

(Challinor et al., 2014; Porter et al., 2014; Mangabeira, 2012).

Atualmente a maior quantidade de terra cultivada no mundo é ocupada por um número limitado de monocultivos (soja, milho, cana-de-açúcar, canola, arroz, entre outros) que são maioritariamente comercializados como commodities nos mercados internacionais: em torno de 80% dos 1,5 bilhões de hectares dedicados à agricultura em todo o mundo. Esses cultivos, devido à sua baixa diversidade ecológica e homogeneidade genética, são muito vulneráveis às infestações de plantas daninhas, invasões de insetos, epidemias e, recentemente, às mudanças climáticas. Para controlar as pragas, aplicam-se em torno de 2,3 bilhões de quilos de agrotóxicos por ano (Nicholls e Altieri, 2015 e 2020; Bombardi, 2017). Portanto, vivenciamos um cenário em que a terra para produção de alimentos e da água e a própria finalidade central da agricultura estão em plena disputa. Tais discussões levantadas no Boletim Covid-19 - DPCT/IG (n.º 11/jun.2020) têm ganhado ainda maior relevância em tempos de pandemia, quando se ampliaram as discussões sobre as condições para saúde pública, entre as quais aspectos de acesso à alimentação e à água e um ambiente saudável e livre de contaminações e como formular novos modelos de gerenciamento dos sistemas alimentares (Petersen e Monteiro, 2020; Tait e Águas, 2020).

Na atual pandemia os aspectos de acesso a alimentos, principalmente aqueles considerados saudáveis, foram sublinhados como uma condição para manutenção da saúde e imunidade. Além disso, existe uma série de estudos que levantam o impacto da expansão da fronteira na propagação de vírus.

Quando consideramos a importância da produção de alimentos para consumo humano estamos pensando em uma questão central para os habitantes das cidades. Nos momentos de emergência social, ambiental e climática, ao qual se somaram atualmente a “coronacrise” (crise sanitária e econômica provocada pela pandemia da Covid-19, enfermidade provocada pelo vírus SARS-COV-2), amplia-se a percepção da relevância de garantia das condições de “subsistência” e “autonomia” no abastecimento das cidades com alimentos (Perez, 2019).

Tradicionalmente, o aumento da importância dos cultivos de alimentos em hortas urbanas está associado a períodos de crises, pestes e guerras. No caso da atual pandemia, os aspectos de acesso a alimentos, principalmente aqueles considerados saudáveis como frutas e verduras frescas, foram sublinhados como uma condição para manutenção ou mesmo ampliação da saúde e, portanto, da imunidade. Além disso, existe uma série de estudos que levantam o impacto da expansão da fronteira de produção alimentar (seja para produção animal ou cultivos) e o avanço sobre florestas e territórios nativos e sua relação com a propagação de vírus anteriores de animais silvestres para comunidades humanas, como os casos dos vírus “ebóla”, H1N1 (gripe aviária) e H2N2 (gripe aviária e porcina), SADS-CoV (síndrome de diarreia aguda por coronavírus) e o próprio Zika no Brasil, como ressalta o movimento e organização global One Health (Wallace, 2020 e Shah, 2020).

Por isso, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) vem sendo apontada como uma via possível tanto para evitar possíveis momentos de desabastecimento das cidades causados por alterações emergenciais (como conflitos ou epidemias ou mudanças drásticas), como para ampliar os espaços verdes, ambientes e relações saudáveis, além do acesso rápido e barato a alimentos de qualidade. Por isso, também os processos de transição para a agricultura sustentável e agroecológica passam a ganhar destaque como componente central para ampliação de sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes. “Diante de um contexto de maior agravamento das crises no planeta, os sistemas locais de alimentação têm sido defendidos por movimentos e organizações internacionais como uma forma estratégica para construir cidades resilientes, sendo a AUP um elemento-chave nesse processo” (Oliveira e Morgado 2016).

A expressão agricultura urbana começou a ser usada na década de 1990 por pesquisadores

e pela mídia e posteriormente passa a integrar programas de órgãos internacionais e políticas públicas nas cidades ao redor do mundo (Mougeout, 2001). Essa “nomeação” relativamente recente talvez ajude a buscar os elementos de invisibilidade de um conjunto de práticas agrícolas históricas e sua emergência como fenômeno contemporâneo a partir de dois processos simultâneos e aparentemente contraditórios: o crescente reconhecimento de sua importância em várias dimensões e da sua perenidade nos espaços urbanos; e a pouca visibilidade e atenção da AUP nos marcos teóricos e de políticas públicas que incidem sobre temas do desenvolvimento urbano ou das cidades, desenvolvimento agrícola e agricultura familiar e mesmo a temática da soberania alimentar.

O tema foi historicamente negligenciado nos debates sobre agricultura e produção de alimentos pela agricultura familiar e ou mais amplas de sobre desenvolvimento agrícola ou sistemas alimentares. Isso porque ainda existe uma visão de separação entre rural e urbano e da agricultura como parte somente de questões de “desenvolvimento rural” (Lima e Amâncio, 2020). Também foi negligenciada nos debates acadêmicos sobre as lutas urbanas e o direito à cidade por ser considerada uma prática residual de espaços rurais ou não significativa entre os temas urbanos. Como pano de fundo, a dicotomia urbano/rural ainda predomina em visões sobre o desenvolvimento e políticas. Uma visão antiga que remonta a própria expansão do capitalismo e a aceleração da urbanização, e noções sobre o progresso associado ao urbano, fabril, industrializado (Lefebvre, 2006). No entanto, a agricultura, principalmente a agricultura familiar e comunitária, mantém-se presente nos espaços urbanos e periurbanos como uma atividade comumente realizada em zonas limítrofes entre as zonas urbanas e rurais: existem espaços rurais que se vão urbanizando e espaços urbanizados que persistem ou voltam a ser cultivados devido à migração ou mesmo por incentivo de políticas e organizações da sociedade civil (LEISA, 2019). A necessidade por alimento e outros itens básicos de consumo, ampliada por estados emergências como o da atual pandemia, pode ser uma oportunidade para repensar as configurações dos sistemas agroalimentares, o lugar da relação campo-cidade e a ampliação da produção em espaços urbanos comunitários como o caso das hortas urbanas comunitárias que trataremos a seguir.

As hortas urbanas e suas múltiplas dimensões

Resistindo à invisibilidade científica e política, dada a ainda escassa presença e a recente inserção do tema nas agendas de pesquisa e das políticas públicas, existem inúmeras práticas de agricultura urbana, dentre as quais destacamos as hortas urbanas comunitárias.

O conjunto de interações sociais que se estabelecem nos espaços das hortas urbanas comunitárias remontam práticas culturais e históricas que mostram a persistência de espaços e significados entre ambiente rural-urbano (Ferrão, 2000). Esses espaços podem ser vistos como uma herança, como práticas de resistência ao mercado imobiliário, que ainda podem garantir espaços de convivência, auxílio econômico. As informações sobre essas práticas têm sido muitas vezes sistematizadas pelas próprias organizações em suas páginas eletrônicas ou em publicações de mapeamento de experiências em distintos países organizadas por organismos internacionais como a FAO.

A seguir destacamos algumas experiências em âmbito iberoamericano encontradas durante a pesquisa de pós-doutorado em andamento. Na América Latina, destacamos inicialmente a cidade de São Paulo, maior metrópole do continente, que teve sua primeira regulamentação referente à agricultura urbana instituída em 2004 com a Lei 13.727/04 que criou Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP). Em 2016, depois de uma intensa mobilização social, a agricultura foi incluída no Primeiro Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (Oliveira, 2017). O tema ganhou impulso por uma política pública, o programa

estadual voltado ao combate à fome (Programa Cidade Sem Fome), que houve uma expansão mais expressiva da agricultura urbana. Porém, as práticas são históricas e remetem à própria formação da cidade. Segundo o estudo de Caldas e Jayo (2019), dedicado à história e modalidades da agricultura urbana em São Paulo desde a década de 80, as práticas de AUP na cidade apresentaram principalmente dois modelos distintos: 1) “agricultura urbana de escala”, capaz de abastecer o consumo de alimentos em volume significativo; 2) “agricultura urbana de visibilidade”, que embora também produza algum volume de alimentos, volta-se mais à produção de discursos, consciência ambiental e visibilidade para a agenda política da agricultura urbana.

Em São Paulo existem atualmente inúmeras iniciativas não governamentais como: Associação de Agricultura Orgânica em São Paulo e sua Plataforma; MUJDA (Movimento Urbano pela Agroecologia de São Paulo); Agricultores da Zona Leste; a União de Hortas Comunitárias de São Paulo; Rede de Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas (RAPPA); Grupo de Agricultoras Urbanas (GAU). Segundo o mapeamento mais recente (2018) realizado pelo MUJDA existem atualmente cerca de 80 espaços de cultivo que foram identificados como hortas urbanas comunitárias no município de São Paulo. A maior parte dos projetos existentes está concentrada na região de Parelheiros e mobilizou a articulação entre diferentes organizações, destacando-se a organização de mulheres em torno aos projetos “Cultivar” e “Mulheres de Parelheiros Agentes de Transformação Socioambiental”. Nos extremos das regiões Sul e Leste da cidade já havia certa aproximação entre os agricultores, mas alguns técnicos da prefeitura de São Paulo realizaram um trabalho de mobilização para da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus, que atualmente se chama Associação de Agricultores da Zona Leste 86 (AAZL), e da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas).

Agricultura urbana vem sendo apontada como via possível tanto para evitar momentos de desabastecimento das cidades - causados por conflitos, epidemias ou mudanças drásticas - como para ampliar ambientes e relações saudáveis.

Merece ser pontuado ainda que cada vez mais evidências empíricas e alguns estudos apontam que os “agricultores” e “hortelões” de várias hortas urbanas comunitárias e associações são em grande parte “agricultoras” e “hortelãs”, ou seja, mulheres e mulheres periféricas (Carvalho e Bógus, 2020). A participação feminina também foi ressaltada pelos estudos de Delgado (2017) sobre os contextos de cidades europeias e em outras regiões metropolitanas brasileiras, como na Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU) do estado do Rio de Janeiro, criada em 2009.

Entre as metrópoles europeias, destacamos Lisboa, Madri e Barcelona. Em Lisboa, no final dos anos 2000 (principalmente entre 2007 e 2011), estabeleceu-se um novo contexto de iniciativas de apoio à criação de hortas urbanas pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), apoiando a criação de parques hortícolas (atualmente um total de 14) ou conjuntos de hortas urbanas integradas, que serão mapeadas pela pesquisa entre os “concursos para atribuição de talhões de cultivo, em meio urbano” e as ações governamentais de fomento a “redes de parques hortícolas”. A cidade de Madri possui atualmente pelo menos 39 hortas urbanas comunitárias e uma Red de Huertos Urbanos. A Rede é impulsionada, fundamentalmente, por cidadãos que participam das experiências dessas hortas e buscam se articular para apoiar-se mutuamente e compartilhar conhecimentos e experiências. A cidade espanhola de Barcelona também possui uma Red de Huertos Comunitarios com caráter autônomo e cidadão que possui ao menos 14 hortas vinculadas. A Rede realizou seu primeiro encontro de hortas no ano de 2009 e adere à proposta de ocupação de espaços públicos ou ociosos da cidade e a produção de alimento de forma ecológica, do fortalecimento de laços comunitários, do compartilhamento e conhecimentos e da resistência à especulação imobiliária e privatização de espaços públicos –

enfoque territorial, ecológico e social.

Os estudos dessas diversas experiências têm mostrado como as hortas comunitárias geram impactos positivos relacionados à qualidade de vida e saúde, tais como: ampliar oferta de alimentos de qualidade na alimentação (prioritariamente verduras, legumes e frutas). Também costumam ser formas de cultivo com pouca ou nenhuma utilização de agroquímicos, buscando promover a autonomia e a consciência ambiental e alimentar (produção para autoconsumo) e laços comunitários, educação ambiental, além de aspectos de saúde física e mental (por exemplo, existem cada vez mais hortas em escolas e espaços como hospitais).

No que concerne às questões ambientais, as hortas tem sido consideradas uma forma de ocupação do espaço e produção que previne a contaminação da água e destruição de nascentes, aumenta a permeabilidade do solo e diminui temperaturas, permite a vida de animais (por exemplo, pássaros e abelhas) e reduz o impacto do próprio sistema alimentar com a produção que gera gases de efeito estufa, diretamente pela prática agrícola intensiva, mas também pelo transporte, diminui produção de resíduos (Nugent, 2000; Mougeot, 2005; Meltem, 2009, FAO 2000).

Não se pode minimizar também o importante impacto para comunidades, famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e pobreza, sendo algumas vezes, uma das principais fontes de alimentos (saudáveis e frescos) e como espaços de promoção de justiça

As hortas comunitárias geram impactos positivos relacionados à qualidade de vida e saúde. Por exemplo, existem cada vez mais hortas em escolas, hospitais, centros comunitários, terrenos baldios e praças.

social, oferecendo oportunidades de educação, artística e de lazer, envolvem processos mais amplos de justiça socioambiental, incluindo, racismo, desigualdade de gênero e disparidades econômicas, como ressaltado por Reynolds e Cohen (2016), em seu trabalho com as práticas (“urban farmers” e “gardeners”) na cidade de Nova Iorque. Pela somatória de todas essas características e impactos positivos, as hortas urbanas em espaços

comunitários vêm sendo cada vez mais consideradas como uma ferramenta de gestão urbana e ambiental que permite atuar: na redução da pobreza, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o desenvolvimento econômico local e solidário, a equidade de gênero e a melhoria da qualidade ambiental das cidades.

Finalizamos apontando outros indicadores do reconhecimento internacional da importância da AUP como tema estratégico. Está inserida em várias das recomendações do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana (MUFPP), lançado na cidade de Milão durante a Expo Milão de 2015 “Alimentando o Planeta, Energia para a Vida”. O MUFPP é um documento de adesão voluntária, assinado até o momento por 187 cidades, que traz recomendações de políticas para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e dietas saudáveis nas cidades. Em relação à produção de alimentos destacamos do texto do Pacto: reconhecimento da agricultura familiar e a produção alimentar de pequena escala (especialmente as mulheres produtoras em muitos países), como essenciais para alimentação nas cidades e para manutenção de sistemas alimentares resilientes, equitativos e culturalmente apropriados; reconhecimento da agricultura urbana e periurbana como centrais para biodiversidade nas paisagens e nos sistemas alimentares das cidades, contribuindo assim para a criação de sinergias entre a segurança alimentar e nutricional, os serviços dos ecossistemas e o bem-estar humano; e, portanto, a necessidade de promover e reforçar a produção alimentar urbana e periurbana, apoiando a agricultura familiar, o empoderamento das mulheres e jovens; e de proteger e permitir o acesso e posse segura da terra para produção sustentável de produtos alimentares nas áreas urbanas e periurbanas, incluindo a disponibilidade de terra para os hortelãos comunitários e pequenos produtores (Pacto de Milão, 2015).

Cabe então pensar sobre os motivos da AUP, a despeito dos diversos elementos trazidos neste artigo e que apontam para sua importância concreta e potencial para produção de alimentos, qualidade ambiental e abastecimento das cidades, permanece pouco abordada nos estudos e pelas políticas públicas, sendo escassas as análises das normativas e dos instrumentos de apoio financeiro. A inclusão do urbano nas discussões sobre as novas configurações dos sistemas agroalimentares parece fundamental para desenvolver, nos termos de Petersen e Monteiro (2020), uma “governança democrática da alimentação” e uma “nova geografia alimentar”, baseadas na “relocalização” ou “reterritorialização dos sistemas alimentares”. Essa reconfiguração dos modelos de produção e consumo de alimentos nos grandes centros urbanos pode ser vital para os momentos de emergência sanitária e climática como o que vivenciamos agora e para evitar vivenciar outros momentos como esse no futuro.

Referências

- Bombardi, L. M. (2017). Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. São Paulo FFLCH/USP, 2017.
- Caldas, E. de L.; Jayo, M. Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e tipologias. CONFINS: Revista Franco-brasileira de Geografia. Rev. Eletrônica (versão on line), v. n. 39, 2019.
- Carvalho, L.M.; Bógus, C.M. (2020). Gender and Social Justice in Urban Agriculture: The Network of Agroecological and Peripheral Female Urban Farmers from São Paulo. Soc. Sci. 2020, 9, 127.
- Challinor, et al. (2014). A metaanalysis of crop yield under climate change and adaptation. Nature Climate Change, v. 4:287.
- Delgado, C. (2017). Agricultura urbana, espaço de protagonismo feminino. Dinâmicas e potencialidades. Faces de Eva 37: 63–81.
- FAO (2000). Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture, Roma. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1471e/a1471e00.pdf>
- FAO (2014). Growing greener cities in Latin America and the Caribbean. FAO report on urban and peri-urban agriculture in the region. Acesso em 20/07/2020. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i3696e.pdf>
- FAO (s/d) La Agricultura Urbana y Periurbana en América Latina y el Caribe: Compendio de estudios de casos. Acesso em 20/07/2020. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pdf/Compendium.pdf>.
- Freitas, C. de L.; Baptista, S.; Arruda, S.; e Amâncio, C. (2019). Rede Carioca de Agricultura Urbana e o Direito à Cidade. Campo e Território – Revista de Geografia Agrária, v. 14, n. 34, p. 313-337, dez., 2019.
- Lefebvre, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEISA – Revista de Agroecología. Número Especial - Agricultura urbana en América Latina, v. 35, n. 3., oct. 2019.
- Mangabeira, J. A. (2012). Sistemas agrícolas resilientes como forma eficiente de enfrentar as mudanças climáticas e garantir a produção de alimentos. EcoDebate, abril, 2012.
- Meltem Y. (2009). IOP Conf. Ser. Earth Environ - Urban agriculture and its impact on climate change Atatürk Forest Farm in Ankara as a sample.
- Mougeot, Luc J.A. (2001). Agricultura urbana: concepto y definición. Revista Agricultura Urbana. v.1, n.1, 2001, p.5-7. Acesso em: 20/07/2020. Disponible

en: <http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1conceito.html>.

Nichols, C.; Altieri, M. (2015). Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas. *Revista Agriculturas*, jan. 2015.

Nichols, C.; Altieri, M. (2020). A agroecologia em tempos de Covid-19. *Brasil de Fato*. Acesso em 20/07/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/artigo-a-agroecologia-em-tempos-de-covid-19>

Oliveira, R; e Morgado, M. J. (2016). Planning the Urban Food System of the Metropolitan Área of Lisbon. A conceptual framework. In: Roggema, R. (ed.) *Agriculture in an Urbanizing Society*, Chapter 1, Cambridge Scholars Publishing.

Oliveira, L. C. P. (2017). *Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana – São Paulo, Montreal e Toronto*. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, Tese doutorado.

Oliveira, R; Amâncio, S.; Fadigas L. (Eds.). (2017). *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade*. 1.^a Edição. Lisboa: Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry.

Pacto de Milão. Acesso em 20/07/2020. Disponível em: http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2018/01/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action_PORT.pdf

Petersen, P.; Monteiro, D. (2020). *Agroecologia ou Colapso. Outras Palavras*. Acesso em 20/07/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/Agroecologia-ou-colapso-2/>

Porter, J. R.; et al. (2014). Food security and food production systems. En: *Intergovernmental Panel on Climate Change: impacts, adaptation, and vulnerability*. Cambridge: University Press, 2014. p. 485-533. 2014. Working Group II Contribution to the IPCC Fifth Assessment Report.

Reynolds K.; Cohen N. (2016). *Beyond the Kale: Urban Agriculture and Social Justice Activism*. In: *New York City*, University of Georgia Press.

Shah S. *Contra las pandemias, la ecología*. In: *Pandemia Capitalismo y crisis ecosocial*. Babún e Lubetsky (ed.) León, Guanajuato: México, 2020.

Tait, L. M. M. (2015). *Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos*. Campinas: Librum, 2015. 140p.

Tait, M. M. L; Neves, E. F.; Gonçalves, G. (2020). *Agroecologia e tecnologia social como caminhos para o desenvolvimento rural integral: Uma aproximação*. *Economia e Desenvolvimento*, [S.l.], v. 32, mar. 2020.

Tait, M. M.; e Águas, C. P. (2020). *Água e Alimentos como Comuns: Subsídios para pensar o pós-coronacrise*. *Boletim Covid-19*. Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP, jun. 2020.

Wallace, R. *El negocio agroalimentario pondría en riesgo millones de vidas (entrevista)*. In: *Pandemia Capitalismo y crisis ecosocial*. Babún e Lubetsky (ed.) León, Guanajuato: México, 2020.

Quem Somos

O Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) se caracteriza por ser um Departamento multi e interdisciplinar, com uma relação estreita entre ensino e pesquisa em temas relacionados aos estudos das relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade e C&T e o Processo de Desenvolvimento, com atenção à Política e Gestão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Relações Sociais. As áreas de pesquisa do Departamento se refletem nas atividades do Programa de Pós-graduação, com o mestrado e o doutorado em PCT, avaliado com nota 6 na Capes.

Comitê de Seleção e Avaliação dos Boletins: Flávia Consoni (Chefe do DPCT); Janaína Pamplona (vice-chefe do DPCT); Marko Monteiro (Coordenador do PPG-PCT); Rebeca Feltrin (pesquisadora de pós doutorado do DPCT)

Divulgação: Eliane da Fonseca Daré, Jornalista IG

E-mail: dpct@unicamp.br
Telefone: +55 19 3521-4555

Clique nas imagens e visite nossas páginas:



UNICAMP



R. Carlos Gomes, 250 - Cidade Universitária, Campinas - SP, CEP: 13083-855.